

“Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros¹

*“I don't speak what people want, I am what people want”: 30 years
(1987-2017) of Jair Bolsonaro's political agenda in Brazilian newspapers*

Leonardo Nascimento^a, Mylena Alecrim^b, Jéfte Oliveira^c, Mariana Oliveira^d, Saulo Costa^e

Resumo O presente artigo tem como objetivo apresentar a constituição da imagem pública do atual deputado federal Jair Bolsonaro a partir das pautas políticas associadas a ele em 30 anos de matérias jornalísticas. Foram utilizadas matérias de 1987 a 2017 veiculadas por dois jornais impressos de alcance nacional: a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Ao longo dos diferentes cargos políticos que ocupou, de que maneira seus posicionamentos dentro do debate político foram sendo apresentados a uma infinidade de leitores? Seria possível percebermos algum tipo de continuidade e/ou alteração de pautas, indicando – ou não – certa “coerência” política? Quais seriam estes posicionamentos ou pautas? Estas são algumas das questões que animaram este trabalho. Na primeira seção do artigo serão feitas algumas ponderações teórico-metodológicas sobre as fontes utilizadas para a compreensão da natureza e do alcance dos nossos dados. Em seguida, apresentamos as técnicas e os métodos empregados, bem como o processo de coleta e caracterização dos dados. A terceira seção descreve a construção das categorias de análise utilizadas. A quarta e última sessão é composta pelos resultados qualitativos e quantitativos obtidos permeados por reflexões sobre as pautas políticas mais recorrentes nas matérias.

Palavras-chave Imagem pública; Jair Bolsonaro; Análise de Mídia.

1 O título do artigo é uma frase proferida pelo deputado Jair Bolsonaro em uma matéria da Folha de S. Paulo (Folha de S. Paulo, 9 Jun. 2016, p. A10).

a Doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail para contato: leofn@ufba.br.

b Mestranda em Ciência Sociais, PPGCS/UFBA.

c Bolsista IC/PIBIC, UFBA.

d Mestranda em Ciência Sociais, PPGCSO/UFJF.

e Bolsista IC/PIBIC, UFBA.

Abstract *This article aims to present the constitution of the current congressman Jair Bolsonaro’s public image by the political agenda associated to him in 30 years of newspapers’ articles. Articles used were from Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo, between 1987 and 2017. During his diverse political positions, how were his opinions within the political debate presented to readers? Would it be possible to glimpse some continuity and/or agenda alterations, indicating – or not – some political “coherence”? Which would be those opinions or agendas? These are some of the questions that guided this work. In the first section of the article, some theoretical-methodological considerations over the sources used are made, as to understand the nature and reach of our data. Next, technologies and methods are presented, as well as the process of data gathering and characterization. The third section describes the construction of categories of analysis. The fourth and last section exposes the qualitative and quantitative results obtained, mixed with reflections over the most recurrent agenda in the articles.*

Keywords *Public image; Jair Bolsonaro; Media analysis.*

*‘Se uma forma de esquecimento puder então ser legitimamente evocada, não será um dever calar o mal, mas dizê-lo num modo apaziguado, sem cólera’
(Paul Ricoeur, *La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli*, 2000)*

INTRODUÇÃO

Talvez não precise muito esforço argumentativo para nós concordarmos com a ideia de que “a capacidade ou incapacidade dos órgãos oficiais...” – e isso incluiria todos aqueles que ocupam cargos eletivos – “em produzir e controlar as notícias, constitui uma parte importante do poder de governar [...]” (BENNETT, 2016, p. 12). No entanto, o entendimento acerca da relação entre a produção de notícias e o exercício do poder exige, diante de cada caso específico, um esforço de investigação que considere toda a estrutura da sociedade. Isto porque, ao analisarmos as notícias que dizem respeito às ações de determinados agentes políticos, nós estamos, em termos mais amplos, tentando perceber as possíveis articulações entre a memória, a duração histórica e as disputas pelo poder.

O presente artigo tem como objetivo apresentar a constituição da imagem pública do atual deputado federal Jair Bolsonaro a partir das pautas políticas associadas a ele em trinta anos de matérias jornalísticas. Foram utilizadas matérias de 1987 a 2017 veiculadas por dois jornais impressos de alcance nacional: a Folha de S.

Paulo e O Estado de S. Paulo. Ao longo dos diferentes cargos políticos que ocupou, de que maneira seus posicionamentos dentro do debate político foram sendo apresentados, por aqueles jornais, a uma infinidade de leitores? É possível percebermos algum tipo de continuidade e/ou “coerência”? Se sim, quais seriam estes posicionamentos? Estas são algumas das questões que animaram este trabalho.

Na primeira seção do artigo serão feitas algumas ponderações teórico-metodológicas sobre as fontes que são fundamentais para a compreensão da natureza e do alcance dos nossos dados. Em seguida, vamos apresentar as técnicas e métodos empregados bem como o processo de coleta e caracterização dos dados. A terceira seção descreve a construção das categorias de análise que foram utilizadas. A quarta e última sessão é composta dos resultados qualitativos e quantitativos obtidos permeados por reflexões sobre as pautas políticas mais recorrentes nas matérias. Trata-se de um artigo exploratório que faz parte de um projeto sobre mídia e política mais amplo e que ainda está sendo aperfeiçoado. Por fim, ainda que os resultados obtidos possuam particularidades e limitações que serão detalhadas logo mais abaixo, sua leitura vem em momento oportuno dentro e fora do campo das ciências sociais.

1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS FONTES

De início, algumas questões precisam ser levantadas. Por que escolhemos matérias de jornais impressos no intento de esboçarmos a carreira político-midiática de um deputado federal? Uma segunda questão diz respeito à escolha dos jornais: por que jornais predominantemente do estado de São Paulo, sendo que o deputado em questão sempre teve seus mandatos vinculados ao estado do Rio de Janeiro? Por fim, existe a justificativa, nem um pouco óbvia, das motivações e da relevância de tratarmos de um político com o perfil do deputado Jair Bolsonaro.

Em relação às fontes escolhidas, podemos considerar que, à primeira vista, uma pesquisa sobre parlamentares deveria ter como ponto de partida discursos, projetos de lei e posicionamentos oficiais dos deputados ou senadores. Obviamente, tais materiais constituem aquilo que efetivamente descreve e corporifica a carreira de um político ou agente público. Entretanto, tais documentos, para chegarem a círculos mais amplos de leitores (e eleitores) necessitam ser “traduzidos” e enviados a indivíduos que nem sempre têm condições, podem e/ou querem se inteirar plenamente dos termos em jogo no debate político.

De fato, é por meio dos jornais que se efetiva tal tradução e, no caso específico do Brasil, embora não possua o “monopólio da distribuição do capital político”, a mídia “condiciona as trajetórias políticas” dos diferentes agentes (MIGUEL, 2002, p.

170). Outra peculiaridade é a de que os intelectuais e políticos da chamada “nova direita” brasileira encontram nos principais órgãos de imprensa do país um *locus* fértil de visibilidade, promoção e defesa de suas bandeiras e pautas (PERLATTO; CHALOUB, 2015).

A intervenção do jornalismo sobre a política é, portanto, decisiva para a conformação de uma imagem pública² e, por isso, ela é disputada pelos indivíduos e instituições que precisam criar, alterar ou ratificar uma determinada imagem pública buscando atingir o seu objetivo principal: disputar e capturar o espectador, o eleitor (WEBER, 2004). A construção das imagens públicas de lideranças políticas é um processo complexo, dinâmico e coletivo, uma vez que é constituído pela interação de três elementos fundamentais: agentes políticos, mídias e público (JUST; CRIGLER, 2000). É a imagem pública que leva o cidadão a conformar suas preferências políticas, não bastando ao representante ser apenas um bom gestor, sendo também fundamental aparecer publicamente como tal (MARQUES; MONTALVERNE, 2013).

Sendo assim, uma vez que “o jogo da política é cada vez mais jogado nos olhos do público do que atrás de portas fechadas” (SCHUDSON, 2002, p. 251; MAZZOLENI; SCHULZ, 1999; KERNELL, 2006), a análise da mídia jornalística possibilita entendermos como são construídas as imagens públicas dos agentes políticos. Essa construção está estreitamente relacionada com os valores expressos pelo político através das pautas políticas e/ou dos posicionamentos morais que ele professa. Sabemos que a investigação sobre os valores que estão em jogo em uma determinada sociedade constitui uma tarefa sociológica por excelência³. Neste sentido, a análise jornalística é uma etapa para a compreensão da própria sociedade.

No caso específico de Jair Bolsonaro, pode-se dizer que as pautas políticas veiculadas pelos jornais analisados se referem a posicionamentos da figura pública do deputado sobre assuntos variados – como veremos mais adiante –, como direitos humanos, pena de morte, militarização da sociedade, ditadura, etc. Consideramos que tais pautas traduzem

2 Os líderes representantes na política precisam mostrar-se em seus papéis, gerar representação, se fazer ver e se fazer acreditar” (WEBER, 2009, p. 15).

3 Por este motivo, Max Weber vai afirmar que, diante dos diferentes pontos de vista em disputa em um dado momento histórico, seria tarefa das ciências sociais esclarecer quais os valores que, de fato, estão em jogo. Em outros termos, “explicar de forma compreensível” os pontos de vista dos atores sociais e políticos – de fato e não na aparência – constitui uma tarefa fundamentalmente sociológica (WEBER, 1917, p. 90–91). As matérias jornalísticas constituem, deste modo, um manancial inesgotável sobre como estão articulados os valores de uma determinada sociedade.

um esforço controlado, por parte desse político, de impor e justificar ideias e ações para o grupo que nele, em nome de verdades, confiou e, para tanto, ele depende da mídia, que detém o poder de fazer, desfazer e questionar verdades. (WEBER, 2004, p. 271).

Em relação a nos restringirmos a jornais do estado de São Paulo, a decisão obedeceu a critérios principalmente práticos. Uma coleta preliminar no acervo digital de O Globo⁴ gerou 2.263 páginas de matérias que continham, ao menos uma vez, a ocorrência do termo “Bolsonaro”. A coleta no Jornal do Brasil⁵ – que ainda está em andamento – sugere um número ainda maior de matérias com detalhes particulares sobre a atuação política do deputado Jair Bolsonaro. Por conta do volume de matérias dos jornais O Globo e Jornal do Brasil, preferimos analisar este material em um segundo momento. Mesmo optando apenas pelos jornais paulistas, o volume de trinta anos de matérias – ainda que seja pequeno em relação à coleta de matérias de políticos de envergadura nacional tais como ex-presidentes e outros – exigiu o uso de aplicativos para a análise qualitativa e quantitativa dos dados. Descreveremos as ferramentas utilizadas na seção sobre os materiais e métodos empregados.

Por fim, a escolha do deputado Jair Bolsonaro ocorreu porque parece ser um dos representantes do “autoritarismo à brasileira”, portador de um tipo de discurso bem demarcado que contribui para engrossar o “caldo cultural ideal para o agravamento de experiências autoritárias e a procura por saídas despóticas” para os problemas do Brasil (MESSENBURG, 2017, p. 644). Além disso, presencia-se um progressivo aumento de visibilidade do deputado nas eleições para a presidência do Brasil em 2018. O fato de ele estar tão em relevo nas pesquisas eleitorais chama a atenção para como esse tipo de figura é importante para se compreender sociologicamente a política brasileira.

Apesar desta constatação, nós tivemos, em todas as etapas, o cuidado de não oferecer ao campo acadêmico, já demasiadamente eivado de valores exógenos, um artigo com finalidades acusatórias escusas e/ou dissimuladas. Queremos com isso alertar aos leitores que, embora a escolha do presente tema seja motivada por um interesse acadêmico acerca da conjuntura política brasileira, os procedimentos e os achados não foram – na falta de um termo mais ameno – *condicionados* a algum tipo de objetivo político-partidário.

4 Cf. <http://acervo.oglobo.globo.com/>.

5 Cf. <https://news.google.com/newspapers?nid=oqX8s2k1IRwC>

O rastreamento, como denominamos acima, de pautas e posicionamentos políticos através de jornais de grande circulação, parece constituir um meio de acessarmos – ao longo de trinta anos – os matizes do que foi denominado de “despolitização da política” (PIERUCCI, 1987, p. 43). Um jeito de “fazer política” no “Brasil metropolitano” da década de oitenta que encontraria na “demagogia do moralismo” um modo de mobilizar as tensões da sociedade e, com isso, atingir eleitores e construir carreiras políticas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS E CARACTERIZAÇÃO DA BASE DE DADOS

Ao longo de todas as etapas da pesquisa foram utilizados os aplicativos Sphinx (LE SPHINX DÉVELOPPEMENT, 1986) e o ATLAS.ti (FRIESE, 2014). O Sphinx foi utilizado para acelerar a tabulação dos dados, enquanto o ATLAS.ti para recuperarmos os trechos das diferentes matérias analisadas de modo sistemático e, também, perfazermos algumas análises quantitativas.

Em termos da metodologia utilizada, o artigo assume a perspectiva dos métodos mistos (TASHAKKORI; TEDDLIE, 1998; KUCKARTZ, 2014; CRESWELL, 2014), uma vez que, a partir da codificação interpretativa das pautas políticas presentes nas matérias – construídas através da teoria fundamentada nos dados (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009) –, foi possível percebermos regularidades quantitativas ao longo dos anos de publicação, tal como veremos logo abaixo.

Por meio de técnicas de *webscraping*⁶, utilizando uma combinação de scripts em R (R TEAM CORE, 2014) e Python⁷, foram obtidas 978 matérias no acervo do jornal Folha de S. Paulo⁸ e 692 matérias no acervo de O Estado de S. Paulo⁹ que continham, ao menos uma vez, o termo “Bolsonaro”. Em seguida, três codificadores realizaram leituras sistemáticas das 1670 matérias dos dois jornais com o objetivo de classificá-las em dois tipos:

- a) matérias que apenas citavam Jair Bolsonaro, sem apresentar qualquer pauta política ou relevância histórica acerca do político. Por exemplo, a lista diariamente atualizada dos deputados que eram contra ou a favor do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Foram suprimidas algumas poucas matérias sobre pessoas com o sobrenome “Bolsonaro” que

6 Trata-se de uma técnica proeminente para a coleta automatizada de dados on-line. (MARRES; WELTEVREDE, 2013)

7 Cf. <https://www.python.org/>

8 Cf. <https://acervo.folha.com.br>

9 Cf. <http://acervo.estadao.com.br/>

não tinham relação com os objetivos da pesquisa. As matérias com os filhos do deputado Jair Bolsonaro só foram mantidas se houvesse algum tipo de fala ou comentário direto com argumentos de defesa acerca dos posicionamentos políticos do pai;

- b) matérias que apresentassem algum tipo de pauta política abertamente defendida pelo deputado ou imputada a ele. Foram conservadas ainda as matérias historicamente relevantes, especialmente aquelas anteriores ao primeiro cargo eletivo ocupado pelo atual deputado.

Ao final da pré-seleção, obtivemos um total de 536 matérias ($N=536$) do tipo b, distribuídas entre os dois jornais segundo o Gráfico 1 abaixo. Todas as análises subsequentes trataram apenas das matérias do tipo b.

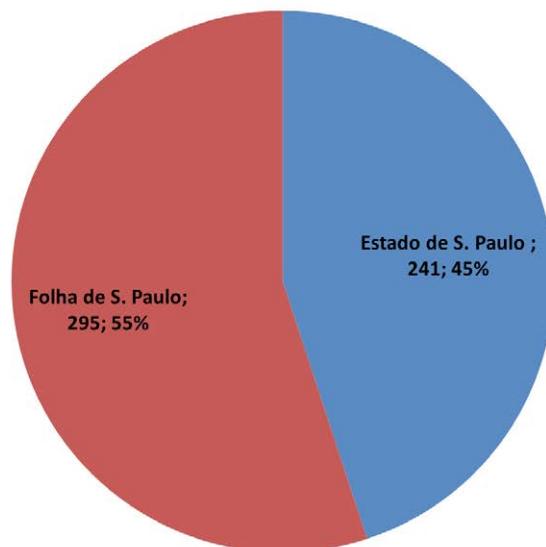


Gráfico 1. Porcentagem e número absoluto de matérias analisadas segundo o veículo de comunicação.

O Gráfico 2 apresenta a frequência de publicação das matérias analisadas de 27 de outubro de 1987 a 30 de novembro de 2017.

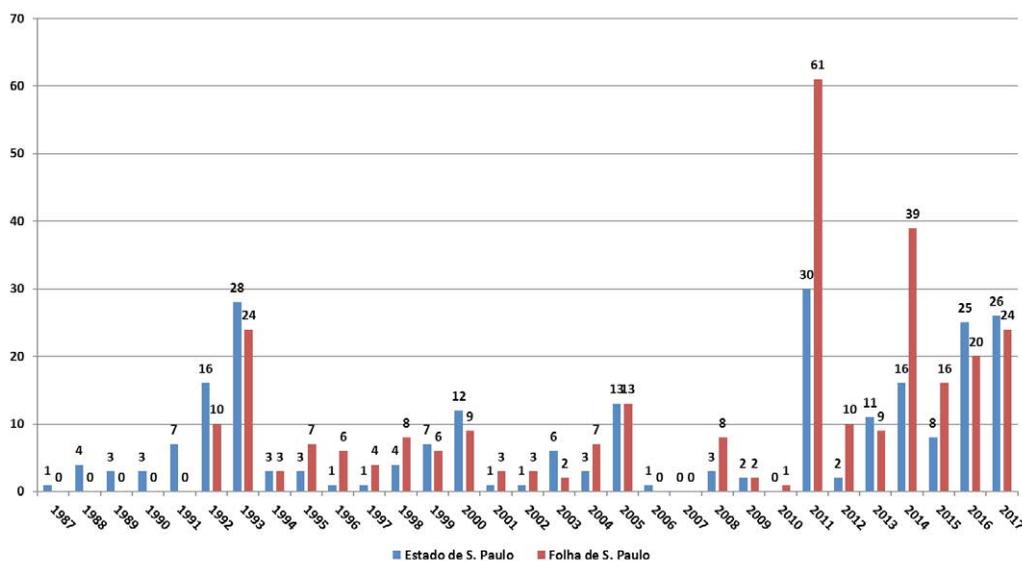


Gráfico 2. Número total de matérias analisadas quanto ao jornal ao longo dos anos (1987-2017).

As matérias analisadas apresentavam formatos diferentes (consequentemente extensões diferenciadas), o que vai condicionar tanto a presença/ausência de pautas políticas bem como as quantidades apresentadas. Os Gráficos 3 e 4 abaixo apresentam, respectivamente, o percentual total de formatos analisados nos dois jornais e a frequência de publicação dos formatos ao longo dos trinta anos.

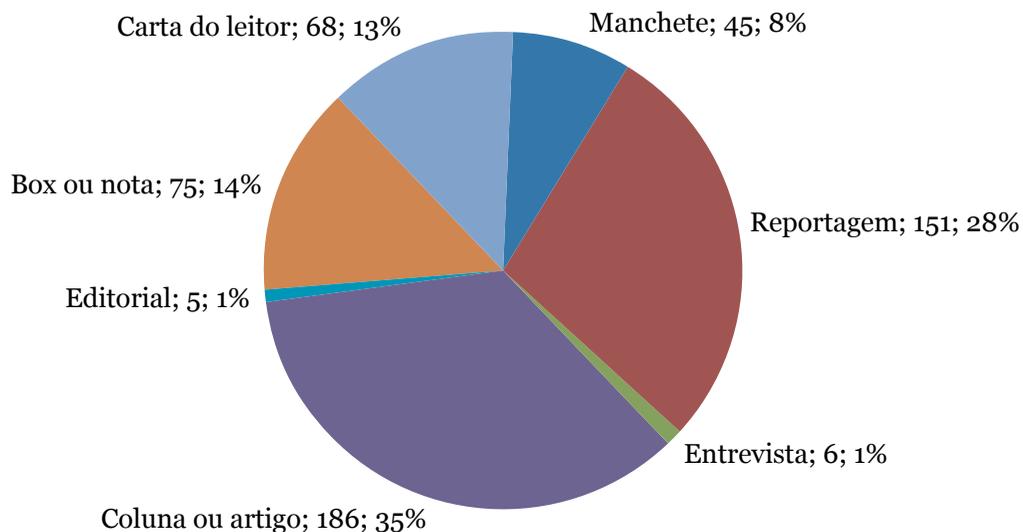


Gráfico 3. Porcentual de matérias por formato nos jornais analisados.

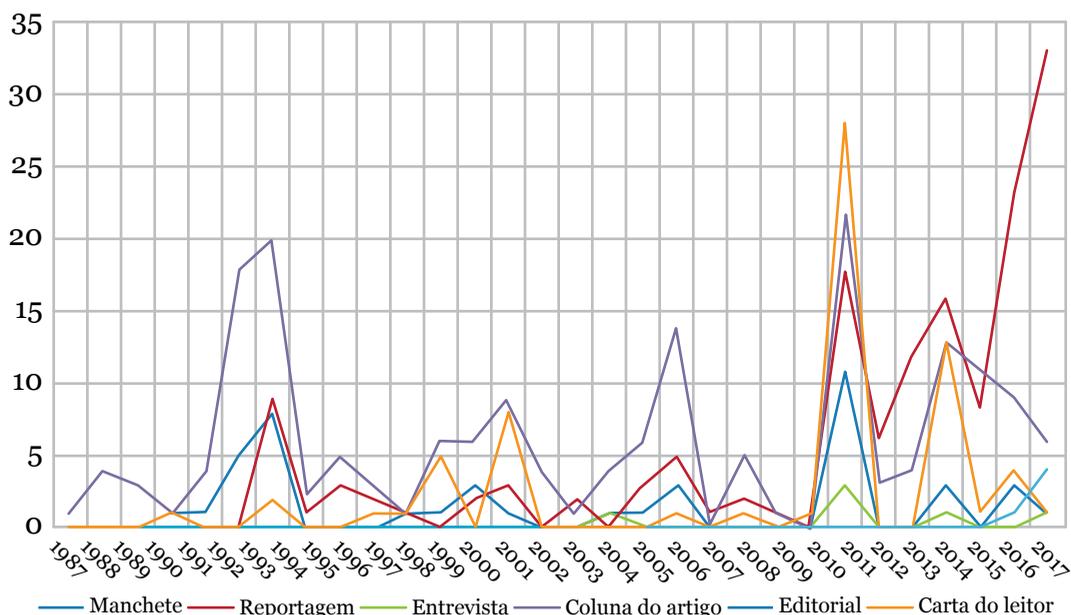


Gráfico 4. Número total de matérias analisadas segundo o formato ao longo dos anos (1987-2017).

3. CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Uma vez caracterizados os dados, vejamos como foram construídas as categorias de análise que buscaram descrever as pautas políticas associadas ao deputado Jair Bolsonaro. Antes, porém, precisamos fazer algumas breves ressalvas. Enfatizamos o termo “associado” pois foram contabilizadas toda e qualquer pauta política *professada* ou *atribuída* a Jair Bolsonaro¹⁰. Alertamos para este fato visto que o que nos interessou metodologicamente foi identificar a probabilidade de algum leitor em potencial encontrar, ao longo de 30 anos de matérias de diferentes jornais e em diversos formatos, determinada pauta política que estivesse relacionada ao deputado. É bastante provável que a leitura de certas pautas políticas venha a desencadear algum tipo de tomada de posição, mas, sobre este aspecto, o presente esforço não teria como fazer nenhum tipo de conjectura.

Tratou-se, antes de tudo, de um exercício sociológico de conseguir *imputar* algum tipo de sistematicidade as notícias publicadas ao longo de três décadas e que, *a priori*, se as considerarmos individualmente, não tinham esse objetivo. Com isso queremos rejeitar, logo de saída, a pressuposição de uma coerência ou lógica interna

¹⁰ Ou seja, consideramos de maneira similar, independentemente se a pauta política havia sido proferida pelo próprio deputado ou atribuída ao mesmo pelo(s) autor(es) das diferentes matérias analisadas – ou mesmo por um adversário político.

aos dados analisados¹¹. Além disso, por meio da teoria fundamentada tentamos superar a suposição subjacente às pesquisas que utilizam a análise de conteúdo, a de que se um evento ocorre com mais frequência ele é, necessariamente, mais importante do que um evento que ocorre raramente (ROSE, 2001, p. 66).

Por fim, decidimos por não utilizar a propagada e defendida metodologia da análise de valência (MAV) (FERES JÚNIOR, 2016) por concordar que “a atribuição do caráter positivo, negativo ou neutro carrega uma indiscutível carga de subjetividade” (MIGUEL, 2015, p. 172). Ademais, tais metodologias negligenciam aspectos fundamentalmente hermenêuticos subjacentes à interpretação de matérias e terminam por confundir “a intenção do jornal ou do jornalista, a apreciação pelos agentes políticos, o impacto na recepção e a codificação pela equipe de pesquisa” (MIGUEL, 2015, p. 174). Ou seja, o ato de classificar as matérias em “contrárias”, “a favor” ou “neutras” em relação ao deputado empobreceria as possibilidades analíticas contidas na caracterização da imagem pública baseada nas pautas políticas que o deputado defendeu.

Dito isso, passemos aos aspectos operacionais. Nós listamos as 536 matérias em uma planilha eletrônica. Em uma segunda coluna, atribuímos números aleatórios a cada uma delas. Em seguida, ordenamos as matérias do menor valor ao maior. Com isso foi possível tornar as matérias cronologicamente aleatórias, além dos formatos e jornais. Em seguida, criamos cotas de 25 matérias que eram lidas e discutidas diariamente. Todos os autores liam e discutiam as mesmas matérias com o objetivo de detectar similaridades, diferenças, frequências, sequências, correspondências e causalidades¹² (HATCH, 2010, p. 155).

Ao longo de três rodadas de leituras percebemos a formação de alguns *clusters* de pautas políticas que foram rotuladas e operacionalmente definidas. Nas três rodadas seguintes os agrupamentos de pautas foram testados ao mesmo tempo em que estávamos atentos a novas pautas que não se encaixavam nas que foram criadas. Ao final da oitava rodada (200 matérias) nós decidimos que a *saturação* havia sido alcançada, isto é, as leituras não despertavam novos insights, nem revelavam novas categorias acerca das pautas políticas (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009).

11 Segundo Quentin Skinner, algumas vezes os pesquisadores supõem, mediante afirmações dispersas na obra de determinado autor, a existência de uma doutrina que seria professada por este (mitologia das doutrinas). Outras vezes, os pesquisadores imaginam que sua tarefa seria encontrar, mediante uma exegese mítica, a coerência ausente no conjunto da obra de determinado autor (mitologia da coerência) (SKINNER, 2002, p. 24). Embora estejamos tratando de matérias jornalísticas e não de obras eruditas, consideramos importante lembrar este aspecto hermenêutico.

12 Trata-se aqui dos métodos comparativos constantes descritos por Glaser; Strauss (1966).

Ao final desses procedimentos, nós obtivemos as seguintes categorias representadas na Imagem 1 abaixo através de uma visão de rede (*network view*) no ATLAS.ti.

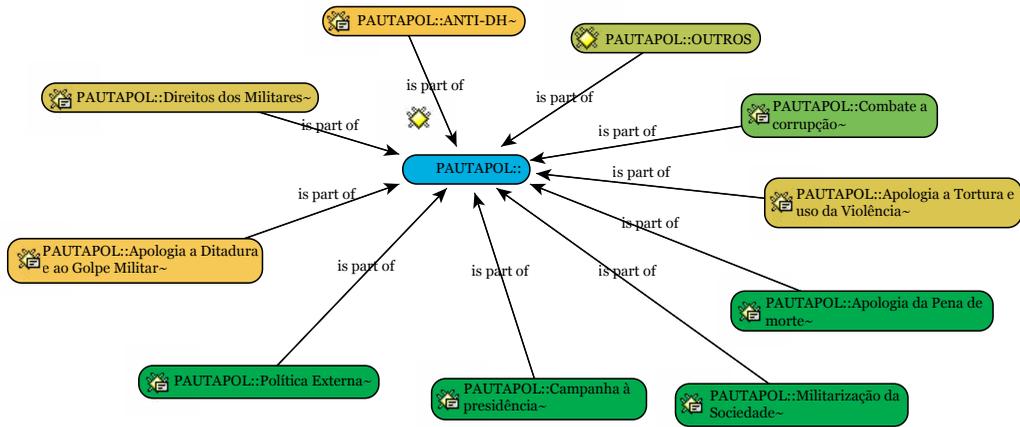


Imagem 1. Visão de rede (*network view*) no ATLAS.ti.

As categorias acima foram definidas segundo a tabela 1 abaixo:

Tabela 1

PAUTAPOL: ANTI-DH	Todos os trechos de matérias que continham temáticas Anti-LGBT, contra refugiados, acusações de pedofilia, racismo contra quilombolas e machismo, contra a liberdade de expressão, ataques diretos aos defensores dos direitos humanos.
PAUTAPOL: Anti-Povos e Comunidades Tradicionais	Todos os trechos de matérias contra demarcação de Terras Indígenas (por exemplo, sobre a polêmica em torno do Nióbio).
PAUTAPOL: Apologia a Tortura e uso da Violência	Todos os trechos de matérias que defendiam o uso de tortura ou alguma apologia à tortura. Matérias com incitação à violência, defesa da repressão a manifestantes. Entram nesta categoria todas as vezes em que o deputado disse que “vai dar surra”, “bater” ou “quebrar a cara” de alguém. Entraram nesta categoria as falas sobre tortura relacionadas a Guerrilha do Araguaia e, também, o pedido de fuzilamento do então presidente Fernando Henrique Cardoso.
PAUTAPOL: Apologia da Pena de morte	Todos os trechos de matérias que defendiam a pena de morte.

Continua...

Tabela 1. Continuação...

PAUTAPOL: Apologia Ditadura e Golpe Militar	Todos os trechos de matérias em defesa do golpe militar e/ou fechamento do Congresso. Todos os trechos com defesa e/ou apologia à intervenção militar e/ou à ditadura militar. Entraram também trechos com defesa da censura e toda e qualquer menção que exaltasse o regime militar. Foram codificados, por exemplo, os trechos das matérias que descreviam a homenagem do deputado ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra
PAUTAPOL: Campanha à presidência	Todos os trechos de matérias sobre a campanha para a presidência em 2018. Por exemplo, matérias sobre o uso de redes sociais para a campanha.
PAUTAPOL: Combate a corrupção	Todos os trechos de matérias pedindo o combate e/ou denunciando corrupção.
PAUTAPOL: Direitos dos Militares	Todos os trechos de matérias com reivindicações salariais para os militares. Trechos que tratavam do pedido de isonomia salarial de generais ou sobre a defesa dos direitos/interesses dos militares etc.
PAUTAPOL: Militarização da Sociedade	Todos os trechos de matérias sobre a legalização do porte de arma e a defesa da militarização das escolas. Entram nessa categoria os trechos sobre a defesa do uso de armas de fogo pela Guarda Municipal e, também, questões sobre segurança pública e o estatuto do desarmamento.
PAUTAPOL: Política Externa	Todos os trechos de matérias que relatavam apoio, reverência ou acusação a governos exteriores ao Brasil. Por exemplo, a defesa da ditadura de Alberto Fujimori no Peru, apoio a Donald Trump, etc..
PAUTAPOL: OUTROS	Categoria residual usada para trechos que os codificadores consideraram relevantes e que não se encaixavam nas categorias acima. Posteriormente, esta categoria poderia ser desmembrada e recategorizada.

Uma vez construídas as categorias passamos à etapa de codificação. Cada um dos autores do artigo recebeu cotas aleatórias (dos dois jornais e diversos anos de publicação) das 536 matérias. Em seguida, elas foram lidas e codificadas dentro do aplicativo ATLAS.ti. Era comum que a mesma matéria apresentasse muitas pautas políticas. Sendo assim, os gráficos sobre a frequência de pautas (Gráficos 5 e 6) não apresentam somente a presença/ausência, mas a quantidade de vezes em que determinada pauta foi mencionada na matéria.

Foram feitas duas rodadas (no início e no meio da etapa de codificação) para verificar o grau de confiabilidade entre os codificadores. O cálculo da confiabilidade foi feito com duas amostras probabilísticas de todo o universo das matérias do estudo. Uma vez obtida a quantidade de amostras necessárias e quais as matérias

selecionadas para compor a amostra, elas foram codificadas por todos os codificadores através do ATLAS.ti. As unidades hermenêuticas¹³ foram unificadas (*merge*) e os dados enviados para a página *Coding Analysis Toolkit (CAT)*¹⁴. Foram utilizadas as comparações padrão (*standard comparisons*) e o parâmetro escolhido foi o Kappa de Fleiss (FLEISS, 1971). Os valores obtidos para as categorias, nas duas testagens variaram de 0,83 a 0,72¹⁵, indicando um grau aceitável de confiabilidade entre os codificadores (KRIPPENDORFF, 2004).

4. ANÁLISES E RESULTADOS

4.1. SOCIOGÊNESE DA IMAGEM PÚBLICA

A sociogênese da imagem pública – ou seja, a primeira vez em que “possíveis leitores vão saber da existência” de Jair Bolsonaro por meio dos jornais – é algo extremamente relevante para atentarmos como a memória social e, por conseguinte, a imagem pública, vai sendo instilada por capilaridade ao longo de um lento e imprevisível processo histórico mediado pelas notícias de jornal¹⁶. Sabemos que a leitura e os comentários sobre fatos descritos nos jornais ocupam uma parte significativa do conteúdo da vida nas grandes cidades. Além disso, as “percepções reproduzidas ao longo do tempo” se conectam ao “efeito cumulativo do próprio jornalismo e de outros aparelhos ideológicos” (MIGUEL, 2015, p. 174). Por fim, temos uma imbricada caixa de ressonância, entre memória, cultura e sociedade que se articulam na elaboração da imagem pública de todo e qualquer agente político.

A primeira matéria sobre Jair Bolsonaro no jornal O Estado de S. Paulo ocorreu em 27 de outubro de 1987 e intitulava-se “Exército garante: os capitães não falaram” (O Estado de S. Paulo, 27 out. 1987, p.5). A matéria tratava do plano de colocação de bombas por dois capitães da Escola de Aperfeiçoamento do Exército – entre eles, o atual deputado Jair Bolsonaro – em alguns quartéis, caso o governo federal não desse aumento de soldo aos militares. Segundo a reportagem, a operação foi batizada de “beco sem saída”. Esta matéria foi consequência de uma reportagem

13 Arquivo básico do ATLAS.ti

14 Cf. <http://cat.texifter.com/default.aspx> acessado em 03 jan. 2017.

15 O valor do Kappa pode variar de -1 a +1. Quanto maior o valor do Kappa (mais próximo de +1), mais forte a concordância. Quando Kappa = 1, nós temos a concordância perfeita (que, na prática, seria impossível); Kappa = 0, a concordância é aquela totalmente atribuída ao acaso; Kappa < 0, a concordância é mais fraca que o esperado pelo acaso. Na pesquisa qualitativa em ciências sociais, valores acima de 0,7 já podem ser considerados aceitáveis.

16 “Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantariamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós” (HALBWACHS, 2004, p. 64).

da revista *Veja* (*Veja*, 28 out. 1987, p. 56-57) que, embora esteja publicada com a data de 28 de outubro de 1987, já estava circulando e sendo debatida pela imprensa dois dias antes, em 26 daquele mesmo mês e ano. Todas as matérias publicadas nos anos seguintes abordam o desenrolar dessa história.

Na Folha de S. Paulo (vide Gráfico 2), nenhuma matéria foi publicada sobre Jair Bolsonaro em seu primeiro cargo eletivo de vereador do Rio de Janeiro (1989-1991). A primeira matéria só vai ocorrer em 18 de abril de 1992, durante seu mandato como Deputado Federal (1991 a 1995) pelo Rio de Janeiro, cuja posse ocorreu em 1.º de fevereiro de 1991. A matéria trata de uma pauta política recorrente do deputado, tal como veremos adiante, ao longo de todas as notícias analisadas: a questão da defesa dos interesses dos militares por meio de isonomia e aumentos salariais (Folha de S. Paulo, 18 abr. 1992, p.5). A segunda matéria publicada na Folha de S. Paulo trata do insulto proferido pelo deputado contra o então Ministro do Exército Carlos Tinoco (Folha de S. Paulo, 01 mai. 1992, p.6).

Nas reportagens analisadas foi possível encontrar muitos episódios de insultos do deputado Jair Bolsonaro contra uma diversidade de pessoas:

O deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) chamou o cardeal arcebispo de São Paulo d. Paulo Evaristo Arns, de ‘desocupado’, ‘vagabundo’ e ‘megapicaretá’ durante discurso no plenário da Câmara. Procurado pela Folha, d. Paulo disse que não comentaria as declarações feitas em Brasília pelo deputado Jair Bolsonaro. (Folha de S. Paulo, 20 mar.1998, p.4).

Bolsonaro reagiu: ‘Vossa excelência tem uma tremenda cara de pau’. Aplaudido pelos funcionários, emendou: ‘todos os funcionários gostariam de ter um aumento apenas aparente’. Bresser ficou impassível. Respondeu às perguntas de outros dois deputados e ignorou Bolsonaro. Irritado Bolsonaro o acusou de ‘sem vergonha’. Mais uma vez, aplaudido, repetiu cinco vezes a acusação e deixou a sala. (Folha de S. Paulo, 24 mar. 1995, p.4).

‘Não estou preocupado com a reação do presidente. Ele foi um traidor mesmo. E repito isso quantas vezes precisar’, foi o complemento de Jair Bolsonaro, acompanhando sua precaução de mandar a Fernando Henrique um fax com as declarações. (Folha de S. Paulo, 13 set. 1996, p.5).

O deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) chamou o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, de ‘canalha’, ‘patife’, ‘imoral’ e ‘vagabundo’ ontem durante discurso

no plenário da Câmara. O que motivou o discurso foi a medida provisória que concedeu reajuste salarial aos militares. (Folha de S. Paulo, 03 ago. 2001, p. A6).

Logo que Dirceu começou a falar brotou o tumulto: ele dizia defender a liberdade de imprensa porque foi vítima da censura e da ditadura. ‘Terrorista!’, gritou quatro vezes Jair Bolsonaro. (O Estado de S. Paulo, 23 jun. 2005, p. A8).

‘Todo mundo apenas fala do gay, já reparou? Do homossexual ativo ninguém fala, apenas dos boiolas. Senhor presidente (Severino), temos de começar a desmascarar este governo: se a corrupção existe nesta Casa, quem a pratica, o homossexual ativo, é o presidente Lula’, disse. ‘Temos de começar um movimento para desbancar o presidente da República. Não queremos homossexual passivo nem ativo neste governo’. (O Estado de S. Paulo, 24 jun. 2005, p. A9).

As matérias sobre insultos e/ou agressões sempre acarretaram uma maior frequência de notícias nos jornais além de, conseqüentemente, uma maior visibilidade de Jair Bolsonaro em relação aos leitores. Ao longo dos 30 anos de matérias, as agressões verbais compõem uma parte considerável da imagem pública do deputado. Geralmente, após a publicação da matéria noticiando o insulto, surgem cartas de leitores, colunas de opinião e reportagens sobre o “andamento da queixa e/ou do processo”. Deste modo, as polêmicas desencadeadas por insultos terminam por alimentar a visibilidade, parecendo forjar uma espécie de “estilo” que se tornou uma das marcas mais características da imagem pública do deputado.

Se os insultos, a defesa da ditadura e as reações contra os direitos humanos parecem ocupar uma parte significativa da imagem pública do deputado Jair Bolsonaro, caberia então indagar: e se pudéssemos sair de uma perspectiva impressionista das matérias em direção a uma análise mais sistemática? Como poderíamos expressar a continuidade e/ou “coerência” dos posicionamentos morais e/ou das pautas políticas do deputado ao longo de trinta anos? Vejamos como tentamos responder a tais perguntas.

4.2. TRINTA ANOS DE PAUTAS POLÍTICAS

Ao longo de trinta anos, encontramos no total de matérias analisadas a ocorrência das seguintes pautas políticas:

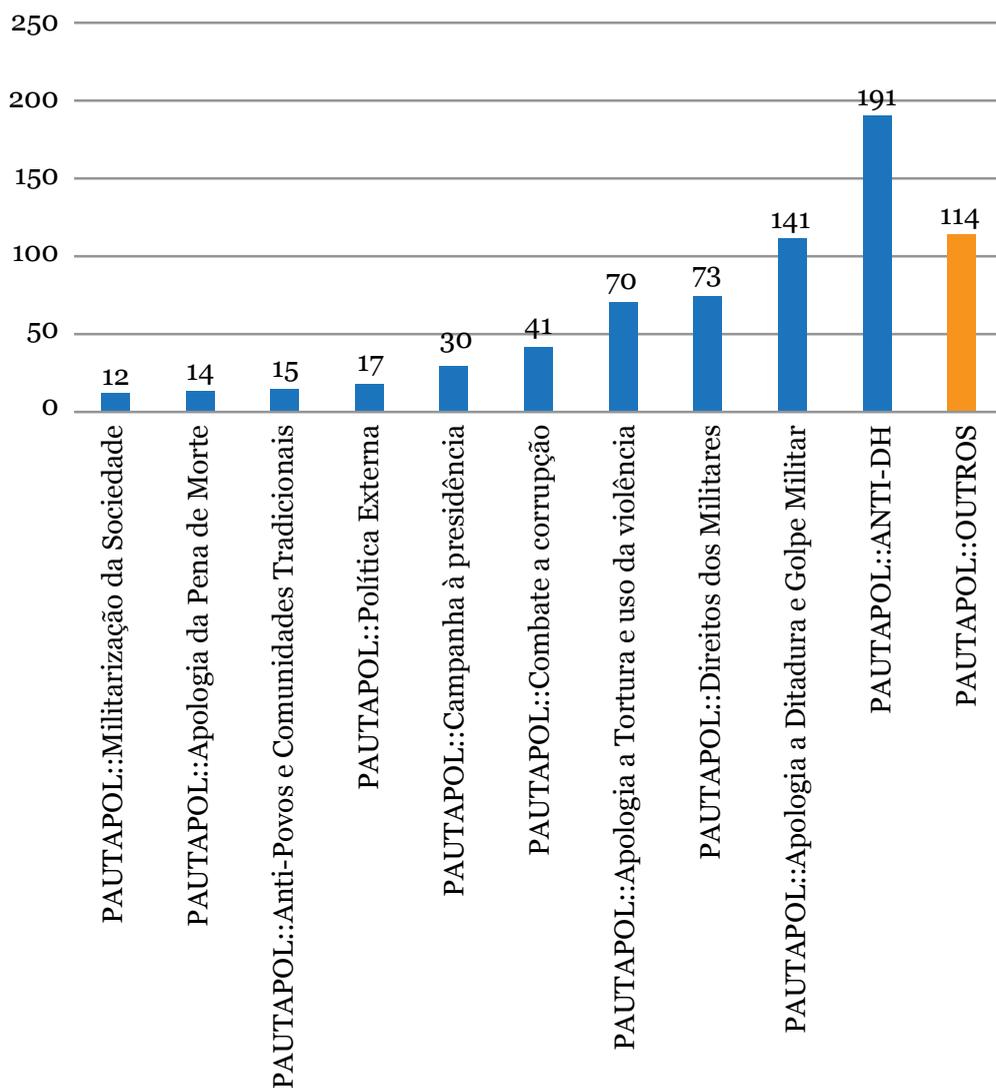


Gráfico 5. Quantidade total de pautas políticas codificadas nas matérias analisadas.

As pautas políticas contra os direitos humanos, a apologia à ditadura e ao golpe militar, a defesa dos direitos dos militares e a apologia à tortura e à violência ocupam a maior frequência de ocorrências. A categoria residual “Outros” (destacada em amarelo) engloba todos os posicionamentos do deputado em votações no Congresso, além de opiniões sobre os mais variados assuntos, como a concordância com frases fascistas do ditador Benito Mussolini (Folha de S. Paulo, 29 jul. 2013, p. E2), até colunas de humor. Por este motivo ela teve muitas ocorrências.

Se, além disso, analisarmos a frequência das pautas ao longo dos 30 anos, é possível percebermos regularidades nos posicionamentos do deputado. Quando determinados eventos passam a ser vistos em termos de sua – ainda que breve – duração, eles se prestam a revelar dinâmicas que, no calor do curto prazo,

escapam aos olhos dos espectadores históricos. O Gráfico 6, abaixo, nos revela algumas dinâmicas interessantes que, obviamente, poderiam vir a ser cotejadas com o trabalho parlamentar do deputado a fim de comprovarmos ou não sua correspondência. Nas análises que se seguem, nós optamos por discorrer sobre as quatro pautas políticas de ocorrência mais frequente, pois eram justamente as mais relevantes para a configuração da imagem pública de Jair Bolsonaro.

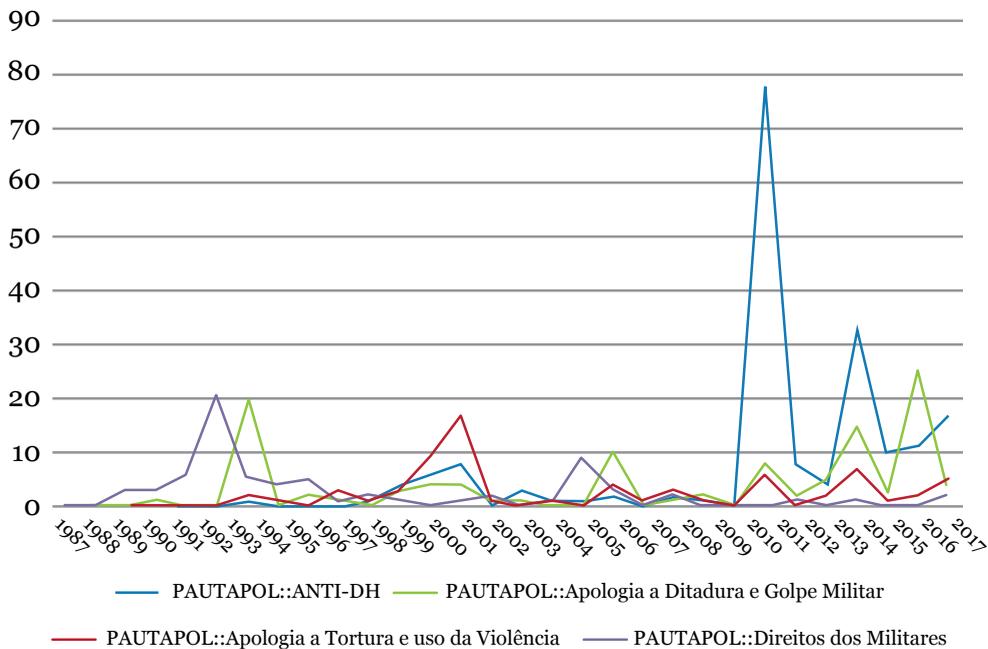


Gráfico 6. Frequência das pautas políticas ao longo dos anos (1987-2017).

4.2.1. DIREITOS DOS MILITARES

A pauta dos direitos dos militares (cf. Gráfico 6 acima, em lilás) nunca deixou de estar presente nos trinta anos de matérias sobre o deputado.

Os militares podem obter um aumento de até 160%, em seus soldos, caso tenha parecer positivo o requerimento feito no dia 24 ao Estado-Maior do Exército pelo capitão Jair Bolsonaro, vereador pelo município do Rio. No requerimento, o capitão pede a revisão do decreto de 9 de janeiro, que extinguiu a isonomia salarial com o Superior Tribunal Militar (STM). (O Estado de S. Paulo, 3 mar. 1989, p. 6).

Jair Bolsonaro (PP-RJ) esclarece que, em audiência com o ministro Nelson Jobim (Defesa), manifestou-se contra a desvinculação dos salários de militares da ativa das aposentadorias. (Folha de S. Paulo, 19 abr. 2008, p. A4).

Entretanto, podemos notar que a frequência dela é bem maior no início da carreira do que nos anos seguintes. Por outro lado, a defesa dos direitos dos militares é numericamente inferior às outras três pautas. Podemos interpretar, segundo as matérias analisadas, que os direitos dos militares foram apenas secundariamente um componente da imagem pública do deputado nas páginas dos jornais.

Além disso, a defesa dos militares – desde a emblemática matéria da revista *Veja* – sempre esteve acompanhada de atos de subversão da ordem e desrespeito à hierarquia, comportamentos que costumam ser repudiados dentro da vida militar. Até mesmo, como vimos acima, ofensas a Ministros da Defesa e do Exército já foram noticiadas. Um exemplo expressivo de tais atitudes foi noticiado em 16 de agosto de 1992, quando o deputado estacionou seu carro na entrada da Academia Militar das Agulhas Negras, impedindo a entrada do então ministro do exército Carlos Tinoco.



Imagem 2. Matéria de 1992, quando Jair Bolsonaro estacionou seu carro na entrada da Academia Militar das Agulhas Negras, impedindo a entrada do então ministro do exército Carlos Tinoco (Folha de S. Paulo, 16 ago. 1992, p. 7).

Obviamente, apenas um estudo sobre as percepções dos militares poderia nos indicar, com uma margem de segurança, qual sua opinião acerca do deputado Jair Bolsonaro. O que podemos afirmar é que, em relação às notícias analisadas,

paralelamente à pauta de “defesa dos direitos dos militares”, sempre estiveram presentes atos de insubordinação e desrespeito.

4.2.2. APOLOGIA À TORTURA E USO DA VIOLÊNCIA

A apologia à tortura e ao uso da violência (cf. Gráfico 6, em vermelho) constitui uma marca indelével da imagem pública do deputado Jair Bolsonaro. Trata-se de uma pauta que o próprio Jair Bolsonaro reconhece como sendo uma das suas bandeiras que mais atrai votos. Em matérias mais recentes, que já tratam o deputado como candidato à presidência, encontraremos uma entrevista que melhor exemplifica as categorias que construímos para este artigo:

P: E os métodos de violência para obter informação?

R: Tem de ter métodos enérgicos. Eu proponho, o Congresso aprova. Ninguém é candidato para ser ditador.

P: O que é método enérgico?

R: Tratar o elemento com a devida energia.

P: Bater?

R: Qual o limite entre bater e tratar com energia? Não tem limite, pô. O cara senta ali, faz a pergunta, ele responde. Se não responde, bota na solitária. Fica uma semana, duas semanas, três meses, quatro meses... Problema dele.

P: Com comida?

R: Dá comidinha para ele, dá. Dá um negocinho para ele tomar lá. Um pãozinho, uma água gelada, um brochante na Coca-Cola. Tá tranquilo.

P: O que é brochante?

R: Calmante, um ‘Boa noite, Cinderela’.

P: Acha construtivo adotar um discurso violento?

R: Você não combate violência com amor. Combate com porrada. Pô. Se bandido tem pistola, [a gente] tem que ter fuzil. (Folha de S. Paulo, 13 mar. 2017, p. A16).

Os exemplos são tão diversos e numerosos que seria impossível relatar todos eles no espaço deste artigo. Seguem abaixo alguns exemplos icônicos:

Bolsonaro defende a atuação da Polícia Militar do Pará no massacre de sem-terra em Eldorado do Carajás, em abril de 96. No episódio morreram 19 sem-terra, classificados pelo deputado como ‘desocupados que estavam desrespeitando a lei’. Nenhum PM morreu (Folha de S. Paulo, 13 mar. 1998, p. 10).

O deputado federal Jair Bolsonaro (PPB-RJ) defendeu ontem a pena de morte para os cinco chilenos, dois argentinos e dois canadenses condenados no Brasil pelo sequestro do empresário Abílio Diniz. Antes da execução da pena, ele ressalta que os ‘sequestradores devem ser torturados para revelar os nomes de todos os seus cúmplices’. [...] ‘Esses vagabundos deveriam estar todos mortos, mas antes devem ser torturados para contar quem são os integrantes de suas quadrilhas’, pregou Bolsonaro (O Estado de S. Paulo, 18 abr. 1998, p. 24).

Entre os anos 2000 e 2001, a pauta de apologia à tortura e uso da violência foi bastante noticiada. Isso ocorreu por conta de matérias que trataram de uma declaração de Jair Bolsonaro sobre um possível fuzilamento do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O fato ocorreu durante um almoço em desagravo ao ex-comandante da aeronáutica Walter Bräuer no Rio de Janeiro (Folha de S. Paulo, 6 jan. 2000, p. 6). Dentre as inúmeras publicações que tratavam do processo de quebra de decoro no Congresso, um editorial de O Estado de S. Paulo de 08 de janeiro de 2000, intitulado “Dejetos da Democracia”, foi o mais contundente:

Sarcasmos à parte, os militares brasileiros não merecem essa desmoralizante ‘representação’ congressual. Até porque esse irresponsável congressista, de fato, não representa ninguém, a não ser, talvez, alguns adeptos de um folclórico e anacrônico radicalismo de direita. É claro que ele jamais poderá falar pelos militares. O que não o impede de confundir os desavisados e dar a impressão de que exerce no Parlamento esse tipo de representação (O Estado de S. Paulo, 8 jan. 2000, p. A3).

Uma análise dessa categoria parece revelar que o uso da força parece ser o único meio de colocar ordem em uma sociedade em uma suposta decadência e/ou descontrole. Dentro desse raciocínio, o retorno da ordem social advém da disciplina, e o único meio de implantar a disciplina é mediante a violência. Essa interpretação vai desde a situação doméstica, passando pelo tratamento aos que se opuseram à ditadura, até o combate à corrupção.

‘Naquela época, existia respeito. Os filhos chamavam o pai de senhor. A gente se borrava de medo, porque todo mundo apanhava em casa. O irmão mais velho, o Guido, era o disciplinador, o capataz. Pegava o fio de ferro e dava lambada nos irmãos. Sem problema nenhum, ninguém sofreu *bullying*. Minha mãe, basicamente, era aquela chocadeira: um filho atrás do outro. Foram três homens e três

mulheres.’ [...] ‘Teve gente torturada, sim. Nós não negamos. Você só pode obter informações dessa maneira, é a regra do jogo. O pessoal da esquerda fazia besteira —carro-bomba, sequestro – e depois se vitimizava. Se o cara matou colega seu, é do ser humano pegar para arreventar. Hoje, com a cabeça que tenho, faria muito melhor. Tem que eliminar. Guerra é guerra’ (Folha de S. Paulo, 16 mai. 2011, Folhateen, p. 10-11).

O deputado nega que tenha sido favorável a ditaduras, ‘muito menos’ à tortura, embora, contraditoriamente, faça apologia do regime militar, em que a prática está fartamente documentada. ‘Eu defendo a verdade sobre o período. Você tinha direito de ir e vir. Não tinha essa violência que está aí fora. E com essa de tortura que você fala aí, olha, é tática de qualquer pessoa aprisionada falar que foi maltratada para buscar compaixão’ (Folha de S. Paulo, 9 jun. 2016, p. A10).

As polêmicas nas redes sociais, onde combate ‘o politicamente correto’, fizeram o deputado passar a falar para fora de seus clientes tradicionais do meio militar. Bolsonaro deixou de ser apenas um capitão do Exército para se tornar também o arquétipo do tio conservador que toda família do interior do País abriga. Quer ordem na escola, ordem na família, quer ordem, enfim. ‘Há excesso de direitos no Brasil’, diz (O Estado de S. Paulo, 2 abr. 2017, p. A8).

A defesa do uso da violência como forma de exercício legítimo da política jamais poderia se esgotar naquilo que é dito ou atribuído a um único e singular agente político. Se considerarmos que todo discurso político assume sempre algum tipo de ontologia da própria sociedade¹⁷, a suposição de uma aderência de potenciais leitores e eleitores a uma pauta política dessa natureza deve ser entendida na sua relação com a sociedade como um todo. Em termos sociológicos, o posicionamento político de apologia à violência associado à imagem pública do deputado só é possível de ser enunciado porque encontra reverberação na estrutura específica de relações de longo prazo de nossa sociedade.

Assim, em termos comparativos, considerando que o “recurso desenfreado a atos de violência como o único veículo realista e decisivo de política” de Adolf Hitler, só foi possível de ser entendido por conta da “expansão de modelos mili-

17 “Conversas e textos políticos envolvem assumir, negociar ou impor ontologias do discurso - representações de pessoas, objetos, lugares etc., que existem, e as relações entre eles, isto é, quem faz (fez, pode fazer, ou vai fazer) o quê para quem, quando e onde, quem ou o que causou o quê, etc.” (CHILTON, 2004, p. 203).

tares em setores da classe média alemã” (ELIAS, 1997, p. 27). E, além disso, devido a relação que tais modelos guardam com processos históricos de longa duração da constituição da Alemanha. Da mesma maneira e guardando as devidas particularidades: cada ato de linguagem em apologia ao uso violência proferido pelo deputado só pode vir a ser devidamente interpretado se considerarmos como os limites – ou melhor dizendo, a falta de limites – no uso da violência estiveram no centro da estrutura de organização do poder da sociedade brasileira (ADORNO, 1995).

4.2.3. CRÍTICA AOS DIREITOS HUMANOS

De todas as pautas políticas analisadas, a que mais parece constituir a imagem pública do deputado Jair Bolsonaro é aquela contrária aos direitos humanos. A presença desta pauta é bastante tímida nos primeiros anos das matérias analisadas e teve uma maior ocorrência a partir de 2011. Isto parece ter ocorrido devido ao papel que tais temas adquiriram nos governos do Partido dos Trabalhadores, em especial no mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Diante dos eventos, projetos de lei, planos nacionais, dentre outros, sempre sucediam declarações do deputado nos diversos canais de comunicação disponíveis. Geralmente, por conta do seu claro posicionamento contrário a tais assuntos e, em especial, aos temas vinculados aos LGBT, as declarações resultavam em polêmicas que iam parar nas páginas dos jornais.

Os posicionamentos contrários aos direitos LGBT constituem uma grande plataforma política e eleitoral de Jair Bolsonaro. Recorrendo ao discurso em defesa da família tradicional – enquanto uma constituição da união entre o homem e a mulher –, o deputado Jair Bolsonaro toca numa questão sensível para grande parte da sociedade brasileira. Nesse sentido, ele ganha popularidade por externar esses valores morais para dentro da política. Tais valores sempre estiveram presentes no cotidiano, mas se apresentavam de maneira sutil e/ou mascarados. O deputado rompe com a lógica do politicamente correto embutido nessas concepções e delinea aspectos específicos da sociedade brasileira como meio de promoção de sua carreira política.

São inúmeros os exemplos dos posicionamentos públicos de Bolsonaro contra os direitos humanos e, em especial, contra os LGBT:

Na terça-feira, o deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), capitão da reserva do Exército, colocou a foto de FHC segurando a bandeira gay na porta de seu gabinete, com a frase ‘Eu já sabia...’. Questionado, Bolsonaro não quis revelar como termina a frase. ‘O objetivo é tirar sarro’, disse, sem conter a risada. ‘Não vou combater

nem discriminar, mas, se eu ver (sic) dois homens se beijando na rua, vou bater’ (Folha de S. Paulo, 19 mai. 2002, p. C9).

À Rádio Tupi, do Rio, Bolsonaro voltou a dizer ontem que não é racista (ele já havia dito que a mulher é afrodescendente e o sogro, negão), mas ampliou os ataques aos gays. Para ele, é preferível uma criança morar na rua a ser adotada por um casal gay (Folha de S. Paulo, 01 abr. 2011, P. C4).

‘Nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay’, diz o deputado a Fry (A Folha de S. Paulo, 7 jun. 2014, p. E16).

Agora criaram a Frente Gay na Câmara. O que esse pessoal tem para oferecer? Casamento gay? Adoção de Filhos? Dizer pra vocês, jovens, que se tiverem um filho gay é legal, vai ser o orgulho da família? Esse pessoal não tem nada a oferecer (Folha de S. Paulo, 31 mar. 2011, p. C11).

Em 2011 ocorreram 91 matérias com algum tipo de pauta política sobre o deputado Jair Bolsonaro (cf. Gráfico 2). Ao longo dessas matérias, nós tivemos 78 ocorrências de pautas codificadas com críticas aos direitos humanos (cf. Gráfico 6 acima, em azul). Esse grande número de reportagens ocorreu por dois motivos. O primeiro deles foi por conta das declarações do deputado ao participar do programa humorístico de televisão “Custe o que Custar – CQC” da TV Bandeirantes, em 28 de março de 2011¹⁸. No mês de abril de 2011 foram publicadas matérias sobre o assunto que ocuparam páginas inteiras com entrevistas e reações de personalidades e políticos.

Congresso, gays e negros reagem contra declarações de deputado

Bolsonaro associa namoro com negra a promiscuidade; depois, diz que se referia a homossexuais
Imagem 3. Folha de S. Paulo, 30 mar. 2011, p. C1.

18 Para um trecho do programa cf. <https://www.youtube.com/watch?v=J8BmyNho3FA> acessado em 10 de fev. 2018.

Bolsonaro diz estar se lixando para acusações

Irritado com a repercussão de suas declarações em entrevista à cantora Preta Gil na TV, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) disse que está se “lixando para esse pessoal aí”, referindo-se à acusação de homofobia. **Cotidiano C11**

Imagem 4. Folha de S. Paulo, 31 mar. 2011, p. C11.

Bolsonaro ataca negros e gays na TV

Deputado critica homossexuais e liga relacionamento inter-racial a ‘promiscuidade’ no programa ‘CQC’; Preta Gil afirma que irá à Justiça

Deputado ataca negros e gays na TV

O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) declarou em entrevista à TV que seria “promiscuidade” se um filho seu se apaixonasse por uma negra. Ele também atacou as cotas raciais e os homossexuais. A cantora Preta Gil, que participou do programa, prometeu processá-lo. A OAB-RJ anunciou pedido de processo na Câmara por quebra de decoro. **NACIONAL / PÁG. A8**

Imagem 5. O Estado de S. Paulo, 30 mar. 2011, p. A1 e A8.

Em seguida, em maio de 2011, uma nova onda de reportagens por conta das reações do deputado ao material do “Escola sem Homofobia”, elaborado pelo Ministério da Educação para formação dos professores acerca de questões de gênero e sexualidade¹⁹. As notícias gravitavam em torno de um panfleto elaborado pelo deputado com críticas ao “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos

19 “O Projeto Escola sem Homofobia visa contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”.

Humanos de LGBT”. Uma reportagem de página inteira, na Folha e S. Paulo, juntamente com uma entrevista com o deputado descreveu em detalhes o ocorrido.

Jair Bolsonaro mandou imprimir 50 mil cópias de um panfleto contra o plano nacional que defende os direitos dos gays. O deputado federal eleito pelo PP do Rio está distribuindo o material em residências e escolas do estado. Um dos textos do impresso chega a associar o homossexualismo [sic] à pedofilia. (...) ‘Apresento alguns dos 180 itens deste que chamo Plano Nacional da Vergonha, onde meninos e meninas, alunos do 1º Grau, serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que ser gay ou lésbica é motivo de orgulho para a família brasileira’. Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas (Folha de S. Paulo, 11 mai. 2011, p. C5).

Em maio de 2011 também ocorreu, por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, o reconhecimento legal da união homoafetiva. Em reportagem ao jornal O Estado de S. Paulo o deputado afirmou:

‘Eu não quero que o meu filho menor vá brincar com o filho adotivo de dois homossexuais. Não deixo. Não quero que ele aprenda com o filho do vizinho que a mamãe usa barba, que isso é normal. Não vou deixá-lo nessas companhias porque o futuro do meu filho também será homossexual’, disse o deputado. ‘Vão dizer que estou discriminando e estou, sim’(...) ‘Se ser homofóbico é defender as crianças nas escolas, defender a família e a palavra de Deus, pode continuar me chamando de homofóbico com muito prazer, pode me dar o diploma de homofóbico’, declarou (O Estado de S. Paulo, 7 mai. 2011, p. A21).

Em dezembro de 2014, uma nova polêmica. Desta vez por conta de um pronunciamento proferido pelo deputado na Câmara dos Deputados, onde repetiu uma afirmação feita em 2003, de que não estupraria a Deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque “ela não mereceria” (Folha de S. Paulo, 11 dez. 2014, p. A12) (vide Imagem 6 a seguir).

Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf> acessado em 12 fev. 2018.



Imagem 6. Folha de S. Paulo, 14 dez. 2014, Caderno Folha 10, p. 2.

As matérias analisadas indicam a existência de uma nítida retroalimentação entre as pautas críticas aos direitos humanos e o maior número de matérias com as repercussões do posicionamento político do deputado. Em outros termos, quanto maior o avanço da agenda política dos direitos humanos, mais notícias surgem com as repercussões das declarações contrárias a esta mesma agenda. Deste modo, parece haver um elo curioso e perverso entre determinadas agendas políticas, declarações polêmicas e a visibilidade midiática do deputado. Ao canalizar os anseios sociais contrários às políticas de direitos humanos (atacando LGBT's, quilombolas, mulheres etc.) e, também, fomentando o extermínio de criminosos, o deputado vai ao encontro de uma parcela significativa da população:

Quero parabenizar o deputado Bolsonaro pela iniciativa de mostrar o lado das pessoas que prezam a família e a moral, tão esquecidas nesta sociedade que valoriza as aberrações que afrontam os que defendem a decência. MARCELO MARTINS (Mauá, SP) (Folha de S. Paulo (Painel do Leitor), 12 mai. 2011, p. A3).

O Brasil precisa de gente como esse deputado para se contrapor às ideias liberais vendidas pela mídia. Carlos Garibaldi, via Folha.com. (Folha de S. Paulo, 23 mai. 201, Folhateen, p. 3).

Essa deputada chamou Bolsonaro de estuproador. Ela é quem deve ser punida. Isso é crime de difamação. MARCELO FREITAS (O Estado de S. Paulo, 13 dez. 2014, p. A3).

Em outros termos, a mobilização das tensões e das disputas da sociedade pelo deputado não ocorre no “campo político *stricto sensu*” mas “se difunde no campo metapolítico das relações sociais” (PIERUCCI, 1999, p. 18). Este, segundo Antônio Flávio Pierucci, sempre foi o jeito característico das direitas operarem com suas pautas e posicionamentos, por meio da

combinação não apenas de ideias mas de práticas (práticas de ataque e autodefesa, de distinção e hierarquização, desprezo e humilhação, intolerância e agressão, profilaxia e higienização, discriminação e segregação), de discursos espontâneos e discursos doutrinários abrangendo a esfera pública e a vida privada, de soluções políticas e econômicas mas também de demandas de restauração moral e correção comportamental, princípios e estereótipos, fantasmas e preconceitos, girando em torno ou nascendo em raio de uma obsessão identitária, isto é, de uma necessidade sempre auto-referida de preservação à *outrance* de um ‘eu’ ou um ‘nós’... (PIERUCCI, 1999, p. 18)

Como vimos, o crescimento da mobilização de grupos em torno de pautas relacionadas aos direitos humanos caminha, em passo de igualdade, com uma reação moral do deputado que, por seu turno, mobiliza anseios de uma parte significativa da sociedade brasileira. Essa substituição do debate pela mobilização de anseios morais acontecerá também, só que desta vez em relação à interpretação de processos históricos, em relação ao período da ditadura militar no Brasil. Vejamos como isso ocorreu.

4.2.4. APOLOGIA À DITADURA MILITAR

Embora a pauta contra os direitos humanos seja a mais prevalente nas matérias, a pauta de apologia à ditadura e ao golpe militar – por motivos ao mesmo tempo históricos e contemporâneos – ocupa um lugar de destaque e, por este motivo, foi deixada por último. A defesa do regime militar no Brasil sempre foi uma pauta política amalgamada à imagem pública do deputado (vide linha verde do Gráfico 6), recorrentemente mencionada em depoimentos, discursos e entrevistas.

Na década de 1990, um discurso proferido na Câmara dos Deputados em 24 de junho de 1993 acarretou muitas notícias sobre o deputado:

Sr. Presidente, a atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem, conforme previsto no art. 142. Mas essa desordem e descumprimento da lei só acontece, logicamente, após a falência

do Poder Legislativo. O que tenho feito nas minhas reuniões é alertar para isso, exatamente. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso Nacional dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo. Perguntaria: na atual democracia, temos como resolver os problemas nacionais? (BRASIL, 1993, p. 13530)

Os jornais analisados prontamente noticiaram este discurso com matérias de página inteira.

Bolsonaro defende ditadura e pode ser cassado



Jair Bolsonaro, que pediu o fechamento do Congresso

Imagem 7. Folha de S. Paulo, 25 jun. 1993, p. 8.



Imagem 8. O Estado de S. Paulo, 25 jun. 1993, p. 5.

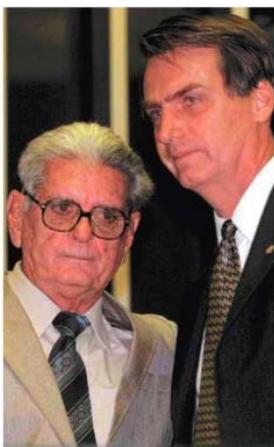
Durante os meses que se seguiram, foram publicadas diversas notas, comentários, análises e opiniões que totalizaram mais de 50 matérias contabilizando os dois jornais em pauta. Entre as matérias publicadas, havia cartas de leitores exaltando o posicionamento do deputado:

A 'ditadura' defendida pelo deputado Bolsonaro, apesar do choque que causou na ilha bela de Brasília, não é de todo abominável, uma vez que nossa sociedade vive sob esse regime há quase 500 anos.[...] A ditadura não deve ser uma ver-

gonha para as Forças Armadas, e sim para um país que demonstra não saber aquilatar o valor da palavra ‘liberdade’. Os militares mantiveram a inflação em níveis muito baixos, graças aos tanques apontados para as classes produtora e comercial, e o povo, mesmo pobre, comprava seus bens duráveis. Hoje, a classe dominante fez retroceder o País, sua cultura e seus valores, numa verdadeira viagem ao colonialismo e até mesmo ao coronelismo. Leo Lingnau. Jaraguá do Sul (SC) (O Estado de S. Paulo, 08 jul. 1993, p. 3).

Doze anos depois, em 2005, mais um episódio polêmico. Desta vez por conta de uma sessão solene na Câmara dos Deputados, organizada por Jair Bolsonaro, de tributo aos militares que participaram da Guerrilha do Araguaia. A sessão contou com a presença do tenente-coronel da reserva do Exército Brasileiro, Lício Augusto Ribeiro Maciel. Ao tenente-coronel é atribuído o sequestro, tortura, assassinato e ocultação de cadáver de diversos militantes da guerrilha²⁰ (MAKLOUF, 2004).

Saudado por Bolsonaro como ‘herói do Araguaia’, o coronel Lício ocupou a tribuna por uma hora fazendo um relato frio sobre a morte dos guerrilheiros e demonstrando orgulho da operação. Ele chegou a chorar ao falar de outros militares que também estiveram na repressão da guerrilha. (O Estado de S. Paulo, 25 jun. 2005, p. A11).



SOLENE - Bolsonaro levou coronel Lício, o principal homenageado

Imagem 9. O Estado de S. Paulo, 25 jun. 2005, p. A11.

Um dos mencionados pelo tenente-coronel foi o então Deputado Federal e ex-membro da guerrilha do Araguaia, José Genoíno.

²⁰ Para a denúncia do Ministério Público Federal cf. http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Denuncia_MPF_Guerrilha_Araguaia_Licio_Curio_homicidios_ocultacao_cadaveres.pdf acessado em 12 fev. 2018.

O ápice do pronunciamento aconteceu quando o militar afirmou se arrepender de ‘não ter dado uma bolacha’ em Genoíno, que, disse, entregou os companheiros da guerrilha sem ser torturado. ‘Genoíno, olha no meu olho. Eu te prendi na mata e não toquei num fio de cabelo seu. Não te demos uma bolacha, coisa de que me arrependo hoje’, disse, sob aplausos. (Folha de S. Paulo, 25 jun. 2005, p. A15).

Em 2009, ainda sobre a Guerrilha do Araguaia, matérias denunciaram um cartaz afixado no gabinete do deputado (vide imagem 10 abaixo):



Imagem 10. Imagem extraída de: <https://brasilpagina1.wordpress.com/2009/06/27/jair-bolsonaro-sobre-os-mortos-do-araguaia-quem-procura-osso-e-cachorro/> acessado em 12 fev. 2018.

Único parlamentar a defender abertamente a ditadura militar, Bolsonaro afirma que está fazendo um protesto contra as indenizações ‘bilionárias’ concedidas aos ex-presos políticos. ‘A mentira deles não é a verdade da história. O povo tem de dar graças a deus aos militares. Tenho o direito de me expressar’, diz o parlamentar. O cartaz da discórdia foi feito em 2005 para provocar o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, que havia feito um discurso na Casa. Ele disse: ‘vamos atrás dos ossos...? Na ocasião não houve repercussão’, diz Bolsonaro. (O Estado de S. Paulo, 28 mai. 2009, p. A11).

Cinquenta anos após o golpe militar de 1964, diversos eventos aconteceram no Brasil para lembrar e debater o tema. Entre eles uma sessão solene organizada pela então deputada federal Luiza Erundina. O deputado Jair Bolsonaro compareceu à sessão com uma faixa com os dizeres “Parabéns militares 31 de março de 64. Graças a vocês o Brasil não é Cuba”, causando um alvoroço entre os participantes e indo direto para as páginas dos jornais. A imagem da Folha de S. Paulo abaixo retrata a referida faixa exposta por Bolsonaro junto com título da matéria

(Imagem 11). No mesmo dia, a capa do jornal O Estado de S. Paulo apresentou os manifestantes, com fotos de desaparecidos políticos, de costas para o deputado quando ele subiu à tribuna para defender a ditadura militar (Imagem 12).



Imagem 11. Folha de S. Paulo, 02 abr. 2014, p. A8.



Imagem 12. O Estado S. Paulo, 02 abr. 2014, p. 1.

Todas as matérias apresentadas reforçam que a apologia à ditadura militar, de fato, é um dos elementos mais fundamentais da imagem do deputado Jair Bolsonaro. No entanto, a descrição exaustiva das fontes seria totalmente em vão se não problematizasse o caráter propriamente sociológico desta apologia. Um dos aspectos centrais do raciocínio sociológico – e que torna a sociologia tão difícil de ser entendida por leigos e/ou por não especialistas – é que não é possível, em

hipótese alguma, compreender o indivíduo sem compreender a totalidade de outros indivíduos com os quais, direta ou indiretamente, convivemos²¹.

Deste modo, a defesa recorrente e aberta, década após década, da ditadura e do uso da violência, sempre associada a sucessivas vitórias eleitorais e jurídicas, tudo isso parece extrapolar a questão de um singular deputado e vem ao encontro de aspectos estruturais particulares de uma sociedade. Talvez a pergunta mais radical sobre a pauta política em torno da apologia à ditadura e ao golpe militar não deva ser feita em direção ao indivíduo Jair Bolsonaro. Ao contrário, deveríamos perguntar à própria estrutura da sociedade brasileira: de que modo a ditadura foi elaborada historicamente, coletiva e emocionalmente, para que ela continue, década após década, a retornar como pauta política defensável? Como é possível a defesa da reimplantação da ditadura como solução política por legisladores, jornalistas, eleitores, vizinhos, vendedores de jornal etc.? Nos termos do psicanalista Thales Ab'Saber,

Quando dizemos que nossos índices sociais são, em alguns casos, africanos, que nossa polícia é a polícia que mais mata, que o desrespeito aos direitos humanos e a tortura são endêmicos em nossas delegacias e presídios, que a concentração de renda brasileira continua sendo a maior do universo econômico conhecido – ou que os bárbaros, assassinos e torturadores da ditadura militar brasileira não foram minimamente punidos, não sofreram nenhum constrangimento público ou político e estão muito bem, obrigado, aposentados, condecorados e premiados, de chinelo em casa, ou ainda na ativa no Exército brasileiro ou, o que consegue ser ainda pior, em funções públicas de Estado –, quando elencamos o rosário da face bárbara de nossa vida social real, nunca resgatada, o que é o único papel histórico verdadeiro da esquerda, a posição ideológica predominante e a defesa subjetivante política hegemônica que se observa é a recusa generalizada em tornar esses fatos de fato plenamente conscientes, como objetos de um trabalho do sujeito histórico [...] (AB'SABER, 2010, p.195 apud TELES; SAFATLE, 2010)

Neste sentido, todas estas matérias com declarações de apoio e/ou defesa do regime militar representam um convite à investigação e reflexão. De que maneira

21 “Tomemos, por exemplo, um presidente que declara ‘está encerrada a sessão’ ou um padre que diz ‘eu te batizo’. Por que esta linguagem possui um poder? Não são as palavras que agem por uma espécie de poder mágico. O que ocorre é que, em dadas condições sociais, certas palavras têm força. Tiram sua força de uma instituição que possui sua própria lógica os títulos, o arminho e a toga, o púlpito, a palavra ritual, a crença dos participantes etc. A sociologia chama a atenção para o fato de que não é a palavra que age, nem a pessoa permutável que a pronuncia, mas a instituição” (BOURDIEU, 1983, p. 26).

todos os processos e julgamentos após o fim da ditadura ainda não foram “historicamente suficientes” para que a sociedade brasileira pudesse se apropriar – no sentido de prestar contas – do que, de fato, aconteceu nesse período? Obviamente que o problema desta “apropriação histórica dos acontecimentos” guarda uma forte relação com a mudança geracional. O público aparentemente jovem que costuma aderir ao “mito” Jair Bolsonaro parece ignorar as atrocidades do regime ditatorial brasileiro porque,

os projetos se transformam de tal maneira durante o caminho que o ensinamento dos fatos não pode ser recolhido, pois as gerações que fazem o seu balanço não são aquelas que instituíram a experiência deles. (MERLEAU-PONTY, 1980, p. 41).

Compreender, por um lado, o efeito diferenciado que os eventos históricos exercem sobre os diferentes membros de uma sociedade e, por outro, a utilização “fantasmagórica” da ditadura na política brasileira pode vir a servir como ponto de partida para uma aproximação entre “partidários” e “detratores” do deputado. Além disso, tal postura pode servir para elaborarmos – como os psicanalistas costumam dizer – essa “compulsão à repetição” que se manifesta em todas as crises nacionais e que preconiza que a “única saída” é o retorno a uma ditadura militar.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

A discussão sobre o papel da mídia nos processos políticos das sociedades contemporâneas permanece longa e ainda em aberto para as ciências sociais. Embora persista uma polifonia de vozes e tomadas de posição acerca deste debate, parece que ele gira muito mais em avaliar o *grau*, o *alcance* e os *efeitos* do que propriamente em negar o papel central e preponderante das mídias no mundo em que vivemos. A tentativa do artigo foi a de contribuir para este debate ao apresentar a imagem pública do deputado Jair Bolsonaro baseando-se nas pautas políticas que defendeu ao longo de 30 anos de matérias.

Por meio de técnicas de coleta e análise de dados digitalizados foi possível mapearmos como o deputado se posicionou dentro do debate público mediante um conjunto de pautas políticas que deram a tônica da sua imagem pública. Em diversos momentos sugerimos que uma exegese mais profunda de cada uma daquelas pautas políticas passaria, necessariamente, por um entendimento da estrutura da sociedade brasileira. Foi por este motivo que escolhemos uma frase do próprio deputado Jair Bolsonaro para intitular o presente trabalho.

Por fim, foi possível detectar coerências no discurso que o deputado expressa em repetidas tomadas de posição que, por sua vez, acarretavam manchetes, colunas, entrevistas, cartas de leitores etc. Como dissemos anteriormente, este é um trabalho inicial que precisa ser considerado à luz dos outros jornais e, posteriormente, cotejado com o próprio trabalho parlamentar. Não obstante esse caráter de incompletude, acreditamos ter oferecido ao debate acadêmico e extra-acadêmico um retrato esboçado de um político que, ao que tudo indica, será forte candidato à presidência do Brasil nas próximas eleições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

À La Mussolini. Folha de S. Paulo, 29 Jul 2013.

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, p. 299–342, 1995.

BENNETT, W. Lance. *News: The Politics of Illusion, Tenth Edition*. [S.l.]: University of Chicago Press, 2016.

Bolsonaro ataca negros e gays na TV. O Estado de S. Paulo, 30 Mar 2011.

Bolsonaro defende ditadura e pode ser cassado. Folha de S. Paulo, 25 Jun 1993.

Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas. Folha de S. Paulo, 11 Maio 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados. Discurso do deputado jair Bolsonaro. 25 Jun 1993, Brasília. Anais... Brasília: [s.n.], 25 Jun 1993. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25JUN1993.pdf#page=37>>. Acesso em: 10 fev 2018.

Câmara abrirá processo contra Bolsonaro. O Estado de S. Paulo, 25 Jun 1993.

Candidato, Bolsonaro tenta criar a ‘extrema direita light’. Folha de S. Paulo, 9 Jun 2016.

Cartaz contra desaparecidos irrita deputados. O Estado de S. Paulo, 28 Maio 2009.

CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: Guia Prático para Análise Qualitativa*. [S.l.]: Bookman Editora, 2009.

CHILTON, Paul Anthony. *Analysing Political Discourse: Theory and Practice*. [S.l.]: Psychology Press, 2004.

Comissão defende picaretas, diz deputado. Folha de S. Paulo, 13 Mar 1998.

Congresso, gays e negros reagem contra declarações de deputado. Folha de S. Paulo, 30 Mar 2011.

Coração e insulto. Folha de S. Paulo, 14 dez. 2014.

CRESWELL, John W. *A Concise Introduction to Mixed Methods Research*. [S.l.]: SAGE Publications, 2014.

De próprio punho. Revista Veja, 28 Out 1987.

Dejetos da Democracia. O Estado de S. Paulo, 8 Jan 2000.

- Deputado defende pena de morte para os 9 estrangeiros. O Estado de S. Paulo, 18 Abr 1998.
- Deputado elogia golpe e tumultua sessão na Câmara sobre ditadura. Folha de S. Paulo, 2 Abr 2014.
- Ditadura há 500 anos. O Estado de S. Paulo, 8 Jul 1993.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- Exército garante: os capitães não falaram. O Estado de S. Paulo, 27 Out 1987.
- Fale com a gente (Folhateen). Folha de S. Paulo, 23 Maio 2011.
- FERES JÚNIOR, João. Em defesa das valências: uma réplica. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 277–298, Abr 2016.
- FLEISS, Joseph L. Measuring nominal scale agreement among many raters. *Psychological Bulletin*, v. Vol 76(5), p. 378–382, 1 Nov 1971.
- FRIESE, Susanne. *ATLAS.ti 7 User Manual*. [S.l.]: ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH. Disponível em: <http://atlasti.com/wp-content/uploads/2014/05/atlasti_v7_manual_en_201409.pdf>. , 2014
- GLASER, Barney Galland; STRAUSS, Anselm Leonard. *Awareness Of Dying*. [S.l.]: Transaction Publishers, 1966.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. [S.l.]: Centauro, 2004.
- HATCH, J. Amos. *Doing Qualitative Research in Education Settings*. [S.l.]: SUNY Press, 2010.
- Homossexualidade (Painel do Leitor). Folha de S. Paulo, 12 Maio 2011.
- JUST, Marion; CRIGLER, Ann. Leadership Image-Building: After Clinton and Watergate. *Political Psychology*, v. 21, n. 1, p. 179–198, 1 Mar 2000.
- KERNELL, Samuel. *Going Public: New Strategies of Presidential Leadership*. [S.l.]: CQ Press, 2006.
- KRIPPENDORFF, Klaus. *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. [S.l.]: Sage, 2004.
- KUCKARTZ, Udo. *Qualitative Text Analysis: A Guide to Methods, Practice and Using Software*. [S.l.]: SAGE, 2014.
- LE SPHINX DÉVELOPPEMENT. *Sphinx Plus 2: Logiciel de traitement d'enquêtes et d'analyse de données*. Paris: [s.n.], 1986.
- Líder do governo pede a cassação de Bolsonaro. Folha de S. Paulo, 6 Jan 2000.
- MAKLOUF, Luís. *O coronel rompe o silêncio: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; MONTALVERNE, Camila. Jornalismo Político e Imagem Pública Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo /

- Political Journalism and Public Image: Dilma Rousseff and the O Estado de S. Paulo's Editorials. *Revista Contracampo*, v. 0, n. 28, p. 93–115, 29 Dez 2013.
- MARRES, Noortje; WELTEVREDE, Esther. Scraping the Social?. *Journal of Cultural Economy*, v. 6, n. 3, p. 313–335, 1 Ago 2013.
- MAZZOLENI, Gianpietro; SCHULZ, Winfried. “Mediatization” of Politics: A Challenge for Democracy?. *Political Communication*, v. 16, n. 3, p. 247–261, 1 Jul 1999.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Coleção Os Pensadores: textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MESSEBERG, Débora. The right that came out of the closet: the cosmovision of the opinion makers of the brazilian right-wing protesters. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, Dez 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe. Quanto vale uma valência?, *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 165–178, Ago 2015.
- _____. The mídia and political practice. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 55–56, p. 155–184, 2002.
- Militar exalta tortura e ataca Genoio no plenário da Câmara. Folha de S. Paulo, 25 Jun 2005.
- Militares podem ter aumento de 160%. O Estado de S. Paulo, 3 Mar 1989.
- Não é a imprensa ou o Supremo que vai falar o que é limite pra mim. Folha de S. Paulo, 13 Mar 2017.
- PERLATO, Fernando; CHALOUB, Jorge. *Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política*. . Caxambu: [s.n.], 30 Out 2015
- PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos Cebrap*, v. 19, p. 26–45, 1 Dez 1987.
- _____. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- Protesto. Parlamentares e manifestantes ficaram de costas para o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que defendeu o regime militar na tribuna. O Estado de S. Paulo, 2 Abr 2014.
- ‘Próximo passo será legalização da pedofilia’. O Estado de S. Paulo, 7 Maio 2011.
- Quatro partidos pedem a cassação de Bolsonaro. Folha de S. Paulo, 11 Dez 2014.
- R TEAM CORE. *R: A language and environment for statistical computing*. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2014. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>.
- ROSE, Gillian. *Visual Methodologies: An Introduction to the Interpretation of Visual Materials*. [S.l.]: SAGE Publications, 2001.
- Salvei o Negão Celso, boiola, da morte’, lembra Bolsonaro. Folha de S. Paulo, 16 Maio 2011.
- SCHUDSON, Michael. The News Media as Political Institutions. *Annual Review of Political Science*, v. 5, n. 1, p. 249–269, 2002.

Sessão na Câmara exalta repressão no Araguaia. O Estado de S. Paulo, 25 Jun 2005.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2002.

Sou contra. Folha de S. Paulo, 19 Abr 2008.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. São Paulo: Artmed, 2008.

TASHAKKORI, Abbas; TEDDLIE, Charles. *Mixed Methodology: Combining Qualitative and Quantitative Approaches*. [S.l.]: SAGE, 1998.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

Tinoco guincha o carro de Bolsonaro. Folha de S. Paulo, 16 Ago 1992.

Um Fantasma Ronda o Planalto. O Estado de S. Paulo, 2 Abr 2017.

Você no estadão.com.br. O Estado de S. Paulo, 13 Dez 2014.

WEBER, Max. *Ciência E Política: Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1917.